



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2023
Relatório na íntegra disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/>

Senhores Acionistas,

A CETESB, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese dos principais resultados alcançados em 2023, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e dos Relatórios do Auditor Independente.

A INSTITUIÇÃO - A CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo é a agência do Governo do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. Criada em julho de 1968, pelo Decreto nº 50.079, é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, onde o acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e suas alterações e nº 13.303/2016. Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais. Organizada em 5 Diretórias, conta com 46 Agências Ambientais e 18 laboratórios.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - 1. execução de um plano de ação emergencial, nos eixos: pessoal, sistemas, infraestrutura, normas/procedimentos e comunicação, com 17 objetivos específicos e 56 ações realizadas ao longo de 2023; 2. construção do planejamento estratégico 2024-2027, considerando os desdobramentos das ações emergenciais.

DIRETRIZES - 1. Preparar a Companhia para os desafios do novo cenário ambiental global; 2. Aproximar, adequar e inovar os serviços da Companhia às novas expectativas da sociedade; 3. Repactuar a gestão e fiscalizar com os entes federativos e demais interessados; 4. Assegurar a solidez financeira e atrair investimentos para a Companhia; 5. Investir na utilização de dados científicos e tecnologias para tomada de decisão e formulação de política pública; 6. Assegurar valores éticos, integridade e transparência organizacional nos processos de governança; 7. Valorizar, capacitar, reforçar e cuidar do corpo funcional.

PROJETOS INSTITUCIONAIS - CETESB Informa, CETESB do Futuro, Cuidar de Quem Cuida, De olho na Recuperação, Licença + Município Legal, Monitora Tietê, Valorize, Repense, Foco no impacto, MapFauna e Jurídico + Perto.

PAINEL DE CONTRIBUIÇÃO - Contribuição de toda a Companhia, identificando iniciativas que buscarão desenvolver para alcançar os objetivos estratégicos atrelados aos Projetos Institucionais. O Painel possui objetivos de contribuição, métricas, descrição de iniciativas/ações de 390 metas.

PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2024 - Previsto na LOA, com a destinação de aproximadamente R\$ 624,9 milhões, financiado por subvenções do Tesouro Estadual e por recursos próprios.

CETESB EM NÚMEROS E AÇÕES OPERACIONAIS

LICENCIAMENTO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL - Concluídos 21.995 processos, e emitidos 20.889 documentos referentes a pedidos de pareceres técnicos, incluindo GRAPOHAB, autorizações, alvarás e certificados. O Via Rápida Ambiental emitiu 4.115 licenças ambientais, 11.215 autorizações e 13.272 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento.

LICENCIAMENTO COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA) - O licenciamento de empreendimentos sujeitos à AIA contribuiu em aproximadamente R\$ 16,7 milhões nas receitas próprias e viabilizou investimentos no estado na ordem de R\$ 17,8 bilhões, com a concessão de 179 licenças. Em decorrência da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o licenciamento de empreendimentos com Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental foi responsável pela captação de R\$ 8,6 milhões em compensações ambientais.

MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL - Realizados cerca de 320 mil ensaios para o monitoramento da qualidade da água e solo e para subsidiar ações preventivas e corretivas de controle da poluição ambiental e ações para a proteção da saúde humana e do meio ambiente.

QUALIDADE DAS ÁGUAS - ÁGUAS SUBTERRÂNEAS: 321 pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade, em poços tubulares e nascentes e 75 piezômetros da Rede Integrada de Monitoramento de Qualidade e Quantidade, nos aquíferos Bauru e Guarani; ÁGUAS SUPERFICIAIS INTERIORES - ÁGUAS DOCES: 18 estações automáticas de monitoramento da qualidade, nas diversas bacias do estado e nos principais mananciais de abastecimento público da RMSP. A Rede Básica contou com 520 pontos; PRAIAS DE RIOS E RESERVATÓRIOS: Monitoradas 34 praias; ÁGUAS SUPERFICIAIS COSTEIRAS: amostragem em 21 áreas nos estuários e no Oceano Atlântico; PRAIAS LITORÂNEAS - BALNEABILIDADE: 168 pontos em 151 praias de 15 municípios e 7 praias no Parque Estadual da Ilha Anchieta.

QUALIDADE DO AR - REDE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR: 85 estações - 63 estações automáticas (29 na RMSP, 6 no litoral e 28 no interior) e 22 pontos de monitoramento manual. Dados disponibilizados em tempo real no site da CETESB, no Sistema de Informações da Qualidade do Ar, no aplicativo para dispositivos móveis e no Google Maps; PROGRAMA PARA MELHORIA DA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS A DIESEL: 4 treinamentos; FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS A DIESEL: ações em 62 pontos de rodovias, fiscalizados cerca de 89 mil veículos, além da fiscalização rotineira, por meio da medição da opacidade e da verificação da qualidade do insumo ARLA-32. HOMOLOGAÇÕES DE VEÍCULOS NOVOS NO ÂMBITO DO PROCONVE E PROMOT: emitidos 1,1 mil pareceres técnicos. Participação na Avaliação da Conformidade de Produção realizada pelo INMETRO/IBAMA, para verificar a conformidade quanto à emissão de poluentes e à eficiência energética.

RESÍDUOS SÓLIDOS

SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO ONLINE DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Emitidos 3,6 milhões de MTRs, 922 mil Certificados de Destinação Final de Resíduos e enviadas e 129 mil Declarações de Movimentação de Resíduos. **LOGÍSTICA REVERSA:** Estabelecimento, em conjunto com a SEMIL, do Termo de Compromisso de Logística Reversa para o setor de embalagens em geral - alimentos, bebidas, higiene pessoal, perfumaria, cosméticos, limpeza e tintas imobiliárias. Recebidos 95 Relatórios Anuais de Resultados recebidos.

EMERGÊNCIAS QUÍMICAS: Realizados 294 atendimentos.

ÁREAS CONTAMINADAS: 1.552 áreas contaminadas em investigação ou com risco confirmado e 5.344 áreas aptas para o uso ou com medidas de intervenção.

GESTÃO DE FUNDOS DE FINANCIAMENTO

FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO): Como Agente Técnico, emitiu 166 pareceres de acompanhamento da implantação de empreendimentos, valor aproximado de R\$ 48 milhões; **FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO (FECOP):** 29 projetos em análise técnica e legal que somam aproximadamente R\$ 17 milhões.

RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL: Principal Companhia de Meio Ambiente Brasileira, com participação em Comissões e Grupos de Trabalhos como especialista convidada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); Centro de Referência para Questões Ambientais da ONU, principalmente no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe; Membro da Rede HydroPoll - Rede Colaborativa de Pesquisa em Poluição das Águas e Recursos Hídricos; Membro da PANACEA - Rede Pan-Americana de Epidemiologia Ambiental; Membro da Rede Latino-Americana de Prevenção e Controle da Contaminação do Solo e das Águas Subterrâneas (RELASC); Signatária da Declaração Internacional da Produção Mais Limpa do PNUMA; Participante da Regions 4 Sustainable Development.

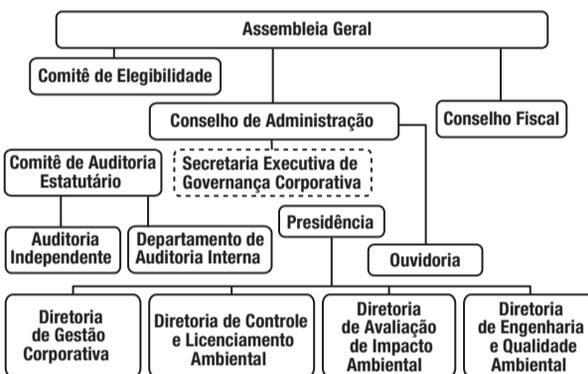
PARCERIAS E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL: Prestação de assistência técnica ao Ministério do Meio Ambiente para realização do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo no Brasil; realização de atividades analíticas referentes ao projeto UNEP/GEF "Apoio à Implementação do Plano de Monitoramento Global de POPs da Convenção de Estocolmo na América Latina e Caribe", no âmbito do Memorando de Entendimento com o Centro Coordenador da Convenção da Basileia e Centro Coordenador da Convenção de Estocolmo para a América Latina e Caribe (BCCC-SCRC) - Laboratório Tecnológico do Uruguai; Projeto "GAPS Megacities" coordenado pela Seção de Pesquisa de Processos de Qualidade do Ar do *Environment and Climate Change Canada*; Cooperação para intercâmbio técnico e científico na área ambiental com Agência Nacional para o Controle da Qualidade Ambiental de Moçambique; Participação no Consórcio de Desenvolvimento de Capacidades da Aliança Mundial para a Qualidade da Água (WWQA - World Water Quality Alliance) - apoia o PNUMA GEMS/ Water Programa de Desenvolvimento de Capacidades, Avaliação Mundial da Qualidade da Água; Cooperação Técnica com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein para o "Mapeamento de Patógenos Humanos em Esgoto Hospitalar"; Convênio com a Universidade de São Paulo para elaboração e execução de projetos e ações para agenda de governança ambiental e social e diagnóstico das fontes de emissão de poluentes para o Plano de Redução de Emissões de Fontes Estacionárias.

CÂMARAS AMBIENTAIS: Indústria da Construção; Indústria Têxtil; Setor da Madeira, do Mobiliário e de Papel, Papelão e Celulose; Indústrias Químicas e Petroquímicas; Comércio de Derivados de Petróleo; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Mineração; Refrigeração, Ar-condicionado, Aquecimento e Ventilação; Resíduos; Sucroenergético; Mudanças Climáticas; Suinocultura.

GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E INOVAÇÃO

GOVERNANÇA CORPORATIVA

ORGANOGRAMA



COMPOSIÇÃO em 31.12.2023:

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE: Carla Almeida, Fábio Aurélio Aguilera Mendes, Paula Cristina Nassif Elias de Lima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Jônatas Souza da Trindade (Presidente); Thomaz Miazaki de Toledo; Rose Mirian Hofmann; Marisa Maia de Barros; Rodrigo Levkovicz; José Paulo Neves; Kelly Lopes Lemes; Cláudio Carvalho de Lima; Luiz Antônio Ferraro Júnior; João Ricardo Pereira da Costa; Maristela Musco de Caires.

CONSELHO FISCAL: Titulares: Yukimi Nagata; Cleber Stefani; Wagner de Campos Rosário; Gustavo Mercadante de Figueiredo; Guilherme Muraro Derrite.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO: João Ricardo Pereira da Costa (Coordenador); Afonso Antonio Hennel; Marcelo Cardona Sobrat; Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto. **DIRETORIA COLEGIADA:** Thomaz Miazaki de Toledo (Presidência); Liv Nakashima Costa (Gestão Corporativa); Adriano Rafael Arrepa de Queiroz (Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental); Mayla Matsuzaki Fukushima (Avaliação de Impacto Ambiental); Carolina Fiorillo Mariani (Engenharia e Qualidade Ambiental).

REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA: Estatuto Social da Companhia; Regimento Interno do Conselho de Administração; Regimento Interno do Comitê de Auditoria

Estatutário; Regimento Interno do Conselho Fiscal; Regulamento de Eleição do Representante dos Empregados para compor o Conselho de Administração; Atas das reuniões do Conselho de Administração; Atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário; Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário; Atas das reuniões do Conselho Fiscal; Área de conformidade e gestão de riscos; Avaliação dos administradores; Remuneração paga aos administradores; Compliance; Canal de Denúncias; Comitê de Ética; Código de Conduta e Integridade; Regimento Interno do Comitê de Ética; Regulamento de Licitações e Contratos; Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo; Política de Divulgação de Informações e de Porta-Vozes; Política de Transações com Partes Relacionadas; Política de Privacidade; Política de Segurança da Informação; Política de Classificação de Documentos, Dados e Informações Sigilosas da CETESB.

GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Finalizados os mapeamentos de riscos dos processos de Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental e de Áreas Contaminadas, com previsão de continuidade nos processos de Licenciamento Ambiental (preventivo), Administração de Recursos Humanos, Atendimento a Emergências Químicas, Licitação e Gestão das Operações de Controladoria. Foi iniciada a contratação de serviços para elaboração de matriz de riscos da Companhia. Realizado o curso de Gestão de Riscos Corporativos aos administradores e gestores.

INOVAÇÃO

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Implantado o novo portal de licenciamento e elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da CETESB. **GESTÃO DA GOVERNANÇA DE DADOS:** Criados o Departamento de Governança e Inteligência de Dados e o Setor de Gestão de Dados Geoespaciais.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

EMISSÕES DE GEE DA CETESB: Elaborado o segundo inventário de emissões de GEE, sendo o primeiro a considerar informações das agências. **ENERGIA ELÉTRICA:** Consumo médio mensal reduzido, de 416 MWh em 2000 para 259 MWh em 2023. **ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA:** Instaladas em Santos, Limeira, São Bernardo do Campo e na Sede, totalizando 15 unidades de geração de energia solar. **ÁGUA:** Consumo médio mensal reduzido de 6.152 m³ em 1999 para 1.369 m³ em 2023. Utilização de sistemas de aproveitamento de água pluvial. **RESÍDUOS:** coletadas cerca de 6 toneladas mensais de resíduos recicláveis classe II e 1,9 toneladas de pilhas e equipamentos eletrônicos particulares descartados. **OUTRAS AÇÕES:** área para bicicletas e motos; compra de produtos sustentáveis; redução no consumo de papéis; exigências contratuais mais rigorosas nas licitações de obras e serviços; renovação parcial da frota de veículos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

QUADRO DE PESSOAL: Ocupação em 31.12.2023: 1.682 empregados. **CONCURSO PÚBLICO:** publicados os editais de abertura de inscrições. **RELAÇÕES SINDICAIS:** celebrado o Acordo Coletivo de Trabalho. **POLÍTICA SALARIAL:** única. **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADAS:** 170. **ACIDENTES DO TRABALHO:** 8. **PROGRAMAS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS:** Programa de estágio; Programa aprendiz; Programa de movimentação de funcionários; Avaliação das competências; Programa de prevenção à covid-19; Cuidar de quem cuida do meio ambiente; Programa de prevenção e tratamento de dependência química; CIPA. **PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL:** realizada no início de 2023. **CAPACITAÇÕES E CURSOS:** Pós-graduação "Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais" e 148 cursos e eventos de difusão do conhecimento para 5,1 mil participantes, internos e externos.

EXTRATO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

"Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo... Adicionalmente, examinamos as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que apresentam informações complementares às demonstrações financeiras examinadas, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas para possibilitar uma análise adicional.

Em nossa opinião, as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, como informação complementar às demonstrações financeiras acima referidas tomadas em conjunto."

A íntegra do Relatório do Auditor Independente sobre as Informações de Sustentabilidade, do Desempenho Financeiro, da Receita Operacional Líquida, do Resultado Líquido, dos Investimentos, dos Balanços Patrimoniais, da Demonstração do Resultado, da Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Resultado Abrangente e das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, extrato do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e do Parecer do Conselho Fiscal encontram-se disponíveis na publicação do Balanço Patrimonial e no site da CETESB.

Administração

Conselho de Administração: Jônatas Souza da Trindade (Presidente); Thomaz Miazaki de Toledo (membro na qualidade de diretor-presidente da CETESB); Rose Mirian Hofmann; Marisa Maia de Barros; Rodrigo Levkovicz; José Paulo Neves; Kelly Lopes Lemes; Claudio Carvalho de Lima (membro independente); Luiz Antônio Ferraro Júnior (membro independente); João Ricardo Pereira da Costa (membro independente); Maristela Musco de Caires (membro representante dos empregados).

Comitê de Auditoria Estatutário: João Ricardo Pereira da Costa (Coordenador); Afonso Antonio Hennel; Marcelo Cardona Sobrat; Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto.

Diretoria Colegiada: Thomaz Miazaki de Toledo (Diretor-Presidente); Liv Nakashima Costa (Diretora de Gestão Corporativa); Adriano Rafael Arrepa de Queiroz (Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental); Mayla Matsuzaki Fukushima (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental); Carolina Fiorillo Mariani (Diretora de Engenharia e Qualidade Ambiental).

Conselho Fiscal Titulares: Yukimi Nagata; Cleber Stefani; Wagner de Campos Rosário; Gustavo Mercadante de Figueiredo; Guilherme Muraro Derrite.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais)

Ativo	31.12.2023	31.12.2022	Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	137.509	140.247	Circulante	183.452	168.738
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios (nota 04)	62.520	71.628	Fornecedores (nota 11)	11.796	8.446
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (nota 04)	7.821	8.466	Salários e Remunerações a Pagar (nota 12)	71.953	68.980
Cientes e Outras Contas a Receber	671	695	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 13)	23.593	22.083
Adiantamentos a Empregados (nota 05)	4.963	3.186	Adiantamentos de Convênios (nota 14)	3.484	4.715
Adiantamentos a Fornecedores	2.569	—	Adiantamentos de Clientes	226	217
Impostos a Recuperar (nota 06)	199	821	Outras Contas a Pagar	177	183
Parcelamentos a Receber (nota 07)	8.101	12.093	Provisão para Contingências (nota 15)	72.153	63.559
Depósitos Judiciais (nota 15)	45.348	41.961	Provisão para Contribuição Social	70	555
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 08)	887	403	Não Circulante	113.042	104.165
Estoques	862	781	Impostos Reservas de Reavaliação	441	469
Despesas Exercício Seguinte	3.568	213	Adiantamentos de Convênios (nota 14)	4.337	3.750
Não Circulante	216.341	212.122	Provisão para Contingências (nota 15)	26.825	27.806
Realizável a Longo Prazo	59.700	56.211	Provisão para Contrib. Prev. (nota 16)	81.439	72.140
Depósitos Judiciais (nota 15)	9.775	10.161	Patrimônio Líquido	57.356	79.466
Adiantamentos a Empregados (nota 05)	3.470	2.679	Capital Social (nota 17a)	170.377	169.577
Parcelamentos a Receber (nota 07)	11.427	16.908	Ações em Tesouraria (-)	(1)	(1)
Antecipação de Dividendos (nota 17d)	7.133	7.133	Reservas de Reavaliação (nota 17b)	18.998	19.282
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 08)	25.920	17.886	Prejuízos Acumulados (nota 17c)	(132.018)	(109.392)
Impostos a Recuperar (nota 06)	1.975	1.444	Total	353.850	352.369
Imobilizado (nota 09)	154.708	153.151			
Investimento	8	8			
Intangível (nota 10)	1.925	2.752			
Total	353.850	352.369			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais)

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva de Lucros			Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reservas de Capital	Reservas Legal	Reservas Realizar			
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	169.577	(1)	3.474	2.986	42.870	18.691	—	237.597
Realização das Reservas de Reavaliação	—	—	—	—	—	(260)	—	(260)
Diferimento da tributação sobre Reservas	—	—	—	—	—	312	312	312
Resultado do Exercício	—	—	—	—	—	(116.332)	(116.332)	(116.332)
Reserva de Capital	—	—	(3.474)	—	—	3.474	—	—
Reserva Legal	—	—	—	(2.986)	—	2.986	—	—
Reversão do diferimento da tributação - Imposto de Renda	—	—	—	—	—	851	851	851
Contribuição Social Exercício Anterior	—	—	—	—	—	(689)	(689)	(689)
Reversão parcial da Contribuição Social Exercício Anterior	—	—	—	—	—	73	73	73
Apropriação do Resultado do Exercício	—	—	—	—	—	784	784	784
Dividendos Distribuídos	—	—	—	—	(42.870)	—	—	(42.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	169.577	(1)	—	—	—	19.282	(109.392)	79.466
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	169.577	(1)	—	—	—	19.282	(109.392)	79.466
Adiantamento para aumento de capital	800	—	—	—	—	—	800	800
Realização das Reservas de Reavaliação	—	—	—	—	—	(284)	(284)	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas	—	—	—	—	—	312	312	312
Resultado do Exercício	—	—	—	—	—	(22.938)	(22.938)	(22.938)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	170.377	(1)	—	—	—	18.998	(132.018)	57.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Receita de Serviços e Vendas			
Subvenção de Custeio		123.894	46.816
Exercício do Poder de Polícia Delegado		456.793	412.556
Venda de Serviços e Produtos		15.039	18.265
Deduções		(23.193)	(22.755)
Total Receitas Líquidas	18	572.533	454.882
Custo dos Serviços e Produtos			
Vendidos e Subvencionados	19	(435.346)	(390.380)
Lucro Bruto		137.187	64.502
Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas Administrativas		—	



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

—★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022		31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			Valores a Receber - Dívida Ativa	29.333	(22.852)
Prejuízo do Período	(22.938)	(116.332)	Estoques	(81)	(154)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			Despesas Exercício Seguinte	(3.354)	165
Provisão Contingências Trabalhistas/Cíveis	15.617	43.147	Distribuição de Dividendos	—	(63.877)
Provisão para Contribuições Previdenciárias	9.298	—	Depósitos Restituíveis	(3.001)	(42.624)
Provisão para Contribuições Fiscais	1.286	1.168	Subtotal	24.553	(110.711)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	(37.851)	25.622	Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	2.797	3.098	Fornecedores	3.351	(3.426)
Provisão PPR - Progr. Partic. Resultados	740	21.134	Salários e Remunerações a Pagar	190	34
Provisão Plano de Carreira	661	—	Impostos e Contribuições a Recolher	1.510	3.947
Provisão Férias/13º Salário/Licença Prêmio	1.381	6.141	Adiantamentos de Convênios	(646)	822
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(485)	(10.404)	Adiantamentos de Clientes	9	(108)
Depreciação do Imobilizado	15.218	10.170	Outras Contas a Pagar	(6)	(1.721)
Amortização do Intangível	827	1.343	Impostos Reservas de Reavaliação	(28)	(856)
Realização Reserva de Reavaliação	28	51	Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	(9.290)	(2.109)
Realização Reserva de Lucros a Realizar	—	(616)	Subtotal	(4.910)	(3.417)
Compensação de Encargos Previdenciários	—	42.295	Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	5.847	(76.066)
Antecipação de Dividendos	—	(7.133)	Atividades de Investimento		
Reversão do Diferimento da Tributação	—	852	Aquisição de Intangível	—	(53)
Baixas no Ativo Imobilizado	(375)	17.526	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(16.400)	(68.530)
Baixas no Intangível	—	—	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(16.400)	(68.583)
Subtotal	(13.796)	38.062	Atividades de Financiamento		
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante			Recursos destinados a Aumento de Capital	800	—
Clientes e Outras Contas a Receber	10	(185)	Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	800	—
Adiantamentos a Empregados	(2.948)	(458)	Capital Circulante Líquido	(9.753)	(144.649)
Adiantamentos a Fornecedores	(2.569)	—	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	80.094	224.743
Impostos a Recuperar	(251)	9.681	Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	70.341	80.094
Parcelamentos a Receber	7.414	9.593	Varição líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	(9.753)	(144.649)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Considerações Gerais

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

a) Diminuição da subvenção econômica

A CETESB recebeu a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo R\$ 123.894 dos R\$ 152.577 previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.614, de 26/12/2022 - "LOA"). Esses recursos vieram consignados para pagamento de despesas em "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio".

b) Continuidade Operacional

A redução de 18,7% (R\$ 28.683) das receitas de subvenção econômica em relação ao valor previsto pela LOA poderia ser considerada significativa, especialmente em relação ao resultado líquido do exercício (Prejuízo de R\$ 22.938). No entanto, isso demonstra a efetividade do monitoramento dos fluxos de caixa (Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle - SIEDESC) da CETESB pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que libera a subvenção paulatinamente, de acordo com a previsão de fluxo de caixa da CETESB, a fim de garantir a sustentabilidade das suas atividades, sem prejuízo de sua continuidade operacional. Apesar disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 08 de março de 2024 e 15 de março de 2024, respectivamente.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

- Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras foram evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia. Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão. Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no exercício de 2023 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliará os ativos em consonância as Resoluções nº 4.534 e 4.535 de 24/11/2016 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas atualizações e as instruções da referida norma contábil, bem como, os pressupostos do CPC 01 (teste de recuperabilidade), CPC 04 (Vida remanescente dos ativos intangíveis), CPC 10 (Valor de reposição/Valor justo/Mercado/Residual) e CPC 27 (Vida remanescente dos ativos imobilizados).

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários, quando os processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis,

transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

- Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de dezembro de 2023, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente, comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, os suportes de reagentes dos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original mediante o fato dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando for possível a reversão à Companhia. Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

d) Imobilizado

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2023.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real, e em 31/12/2023, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou em base de cálculo negativa de R\$ 1.665 ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou valor realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados "convênios" (vide nota explicativa nº 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

	31.12.2023	31.12.2022
Bancos	2.567	2.916
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	59.953	68.712
Total Recursos Próprios	62.520	71.628
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	7.821	8.466
Total	70.341	80.094

5. Adiantamentos a Empregados

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário; assistência médica; viagens e multas de trânsito de empregados autorizados a conduzir veículos da Companhia em suas atividades. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que o plano de saúde que a CETESB oferece aos seus empregados é administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos são contratados pela CETESB, que arca com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados é contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e é reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Para os adiantamentos que ultrapassam o exercício corrente é constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 31/12/2023 a expectativa era de 75,5 anos.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022

Adiantamento de Assistência Médica	1.938	1.787	14.270	12.156
Adiantamento de Férias	2.850	1.240	—	—
Diversos	175	159	—	—
Atualização Legal Assistência Médica	—	—	(8.702)	(7.759)
PCLD - Assistência Médica	—	—	(2.098)	(1.718)
Total	4.963	3.186	3.470	2.679

6. Impostos a Recuperar

a) Curto Prazo

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de Renda	5	107
PASEP	4	6
COFINS	20	29
CSLL	100	124
Antecipação de Contribuição Social	70	555
Total	199	821

b) Longo Prazo

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF - Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	901	838
CSLL - Exercícios Anteriores	807	609
CSLL Estimada	1.182	570
Diversos	10	11
PCLD	(925)	(584)
Total	1.975	1.444

7. Parcelamentos a Receber

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais conforme a legislação vigente, à empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Multas Fontes Móveis	957	1.446	23.272	21.674
Multas Fontes Estacionárias	4.713	6.229	12.720	14.149
Multas Agenda Verde	2.502	4.640	4.098	5.598
Assistência Médica	99	75	807	584
Cursos	—	—	—	7
Diversos	28	—	104	—
PCLD	(198)	(297)	(31.148)	(28.989)
Atualização Legal	—	—	1.574	3.885
Total	8.101	12.093	11.427	16.908

8. Valores a Receber - Dívida Ativa

No exercício de 2023, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa - SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo. Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituía até o mês de novembro de 2023, provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") na ordem de 98%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado em análise da média histórica de recebimentos, para o triênio de 2018 a 2020, identificando que os valores de recebimento não ultrapassaram, em média, 2% do saldo dos títulos inscritos na Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado. Referido estudo foi aprovado na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente. Em 31/12/2023, adotando o mesmo critério, houve necessidade de alterar a provisão para 97%, o que foi adotado.

a) Inscrições na Dívida Ativa - Circulante:

	31.12.2023	31.12.2022
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	11.278	10.680
Arrecadação de multas a repassar	549	190
PCLD (-)	(10.940)	(10.467)
Total	887	403

b) Inscrições na Dívida Ativa - Não Circulante:

	31.12.2023	31.12.2022
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	838.355	836.123
PCLD (-)	(813.204)	(819.400)
Atualização Legal	25.631	55.860
PCLD (-)	(24.862)	(54.743)
CDA's pagas com código indevido	—	2.294
PCLD (-)	—	(2.248)
Total	25.920	17.886

c) Composição da PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	31.12.2023	
--	------------	--



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

9. Imobilizado

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação		31.12.2023		31.12.2022	
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada
Terrenos		14.957	–	14.957	–	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	75.191	(45.141)	30.050	66.357	(42.122)
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	–	2.287	(2.287)
Máquinas e Equipamentos	10	122.292	(78.548)	43.744	107.076	(75.913)
Móveis e Utensílios	10	5.203	(4.279)	924	5.214	(4.255)
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.408	(10.769)	4.639	19.588	(14.305)
Microcomputadores/Periféricos	20	30.536	(19.659)	10.877	26.765	(19.392)
Benfeitorias em Prop. de 3º	20	36.544	(10.915)	25.629	35.313	(9.531)
Outras Imobilizações		1.014	(124)	890	1.023	(149)
Imobilizações em Andamento		22.998	–	22.998	42.525	–
Total		326.376	(171.668)	154.708	321.105	(167.954)

b) Movimentação

	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Transferências	Baixas Depreciação	Depreciações	31.12.2023
Terrenos	14.957	–	–	–	–	–	14.957
Edifícios e Instalações	24.235	178	(25)	8.681	84	(3.103)	30.050
Rede Telemétrica	–	–	(53)	–	53	–	–
Máquinas e Equipamentos	31.163	2.565	(4.594)	17.205	4.212	(6.807)	43.744
Móveis e Utensílios	959	211	(223)	5	215	(243)	924
Veículos e Embarcações	5.283	705	(4.884)	5	4.865	(1.335)	4.639
Microcomputadores/Periféricos	7.373	2.679	(2.045)	3.173	2.036	(2.339)	10.877
Benfeitorias em Prop. de 3º	25.782	167	–	1.064	–	(1.384)	25.629
Outras Imobilizações	874	32	–	(9)	–	(7)	890
Imobilizações em Andamento	42.525	9.863	–	(29.390)	–	–	22.998
Total	153.151	16.400	(11.824)	734	11.465	(15.218)	154.708

O valor de R\$ 734 refere-se à transferência do ativo Imobilizado para despesas de consumo.

c) Exercício Anterior

	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Baixas Depreciações	Depreciações	31.12.2022
Terrenos	14.957	–	–	–	–	14.957
Edifícios e Instalações	23.324	3.591	–	–	(2.680)	24.235
Rede Telemétrica	–	–	(1)	–	1	–
Máquinas e Equipamentos	28.343	10.517	(1.844)	–	(5.853)	31.163
Móveis e Utensílios	1.050	178	(438)	–	169	959
Veículos e Embarcações	694	6.657	(1.672)	–	(396)	5.283
Microcomputadores/Periféricos	7.085	2.365	(1.974)	–	(103)	7.373
Benfeitorias em Prop. de 3º	26.534	668	(112)	–	(1.308)	25.782
Outras Imobilizações	876	1	(3)	–	–	874
Imobilizações em Andamento	9.454	44.553	(11.482)	–	–	42.525
Total	112.317	68.530	(17.526)	–	(10.170)	153.151

10. Intangível

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

	Amortização		31.12.2023		31.12.2022	
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada
Software	20	13.144	11.219	1.925	13.144	10.392
Total		13.144	11.219	1.925	13.144	10.392

b) Movimentação

	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Transf. entre Contas	Amortizações	31.12.2023
Software	2.752	–	–	–	(827)	1.925
Total	2.752	–	–	–	(827)	1.925

c) Exercício Anterior

	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transf. entre Contas	Amortizações	31.12.2022
Software	4.042	53	–	–	(1.343)	2.752
Total	4.042	53	–	–	(1.343)	2.752

11. Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais fornecedores estão destacados no quadro abaixo:

	31.12.2023	31.12.2022
Aquisição de Veículos	–	2.767
Serviços Assistência Médica	3.560	1.070
Prestação de Serviços Diversos	3.473	988
Serviços de Informática	1.614	501
Máquinas e Equipamentos	107	363
Serviços de Limpeza	372	335
Serviços de Segurança	196	24
Devolução de Taxas	449	714
Serviços de Manutenção	466	926
Energia Elétrica	378	211
Telefonia	158	114
Materiais de Laboratório	863	358
Água e Esgoto	112	40
Materiais Diversos	48	35
Total	11.796	8.446

12. Salários e Remunerações a Pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Salários	252	62
Prov. Férias e Encargos Sociais	49.042	47.702
Prov. Licença Prêmio	123	82
Prov. Plano de Carreira	661	–
Prov. Partic. Progr. Resultados	21.875	21.134
Total	71.953	68.980

A Companhia provisiona os salários que são pagos dentro do mês. Nesta rubrica também são provisionadas as férias com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS), licença prêmio e PPP. A provisão de décimo terceiro salário foi liquidada em dezembro de 2023.

13. Impostos e Contribuições a Recolher

	31.12.2023	31.12.2022
Folha de Pagamento	21.543	20.323
De Terceiros	2.022	1.732
Outros	28	28
Total	23.593	22.083

14. Adiantamentos de Convênios

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de "convênios". Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros.

Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos à aprovação final, após análise das prestações de contas.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
FEHIDRO	1.948	3.241	2.904	2.462
COSAN	67	401	–	–
PETROBRAS	66	45	475	435
CERJU	311	285	793	694
SABESP	668	602	–	–
DAEE	119	104	165	159
LATU URUGUAI	305	37	–	–
Total	3.484	4.715	4.337	3.750

15. Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contingências				
Trabalhistas	67.674	45.254	2.545	4.564
Cíveis	4.479	18.305	2.978	3.226
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	–	–	21.302	20.016
Total	72.153	63.559	26.825	27.806

O montante em 31/12/2023, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo Circulante e não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis, é de R\$ 55.123 (R\$ 52.122 em 31/12/2022).

análise da documentação, foi lavrado Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal, em relação a (i) CSLL, instaurado o Processo nº 15746-720.053/2021-37, implicando a lavratura do Auto de Infração e a constituição do crédito tributário no valor de R\$ 4.543; (ii) PIS/PASEP e COFINS, instaurado o Processo nº 15746-720.052/2021-92, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 31/12/2023 é de R\$ 30.657. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Após o esgotamento da esfera administrativa, caberá avaliação de eventual propositura de ação judicial a depender do entendimento jurisprudencial à época do seu encerramento. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações e há discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como "perda possível".

d) Divulgação de Processos classificados como de Perda Possível

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	9.367	12.032
Cíveis	76	225.731
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	49.563	46.613
Auto Infração - 2013 (2)	6.412	5.878
Autos Infrações - 2016/17 (3)	30.657	27.936
Total	96.075	318.190

1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.

2) Receita Federal - Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

3) Receita Federal - Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

16. Provisão para Contribuições Previdenciárias

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores a 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 31/12/2023, o montante provisionado atualizado é de R\$ 81.439 (R\$ 72.140 em 31/12/2022). A variação de R\$ 9.298 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.

17. Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 31/12/2023 (R\$ 169.577 em 31/12/2022), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e 0,0001% de ações em tesouraria. O aumento do capital social refere-se ao montante de R\$ 800 liberado pela Secretaria da Fazenda no mês de fevereiro de 2023, deliberado na AGE de 20/09/2023;

b) **Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2023, houve a realização do montante de R\$ 284, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma, o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.998 (R\$ 19.282 em 31/12/2022);

c) **Prejuízos Acumulados:** Compreende o prejuízo acumulado no exercício de 2023 no montante de (R\$ 22.938), menos reserva de reavaliação (R\$ 312), e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 109.392), a reserva, totalizando o montante de (R\$ 132.018).

d) **Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021 foram distribuídos por um valor a maior no montante de R\$ 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	Original	Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

18. Receitas Operacionais Líquidas

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merece destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita "Subvenção Econômica", que até 31/12/2023 representou 21,6% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de "empresa dependente", consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 17.614 de 26/12/2022 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 123.894 milhões. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 67.447, de 13/01/2023 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de "controle preventivo da poluição". Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados "à vista".

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de "controle corretivo da poluição", representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

	31.12.2023	31.12.2022
Subvenção Econômica	123.894	46.816
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	362.413	322.201
Multas Ambientais	60.776	59.517
Taxa de Fiscalização Ambiental	33.604	30.838
Subtotal	456.793	412.556
Vendas de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	8.604	10.887
Fecop	1.146	2.546
Fehidro	1.147	1.572



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

19. Custos e Despesas

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		Despesas Gerais e Administrativas	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e Reflexos	361.124	327.753	105.260	102.315
Pessoal Afastamento SEMIL	—	—	28.890	30.659
Pessoal Afastamento Fund. Florestal	—	—	750	590
Remuneração Diretoria	1.285	1.171	841	884
Assistência Médica	20.957	16.871	14.984	10.770
Remun. Órgãos Estatutários	—	—	2.444	1.545
Recup. Pessoal Afastamentos	—	—	—	—
Outros Órgãos	—	—	(261)	(243)
Materiais	9.105	10.580	2.711	3.022
Serviços de Terceiros	19.522	12.381	13.645	9.967
Servs. Prestados Partes Relacionadas	—	—	287	259
Viagens	1.551	1.019	751	587
Aluguéis	838	783	670	318
Utilidades	3.778	3.594	2.609	2.150
Seguros	15	3	242	459
Imp/Taxas e Contribuições	932	578	194	2.096
Depreciações/Amortizações	10.999	9.704	5.048	4.616
Repasso FEPRAC	—	—	—	3.815
Distribuição de Custos	4.561	4.486	(4.558)	(4.486)
Demais Despesas	679	1.457	2.750	1.241
Total	435.346	390.380	177.257	170.564

20. Outras Despesas e Receitas Operacionais

	31.12.2023	31.12.2022
Recuperação Despesas de Convênios	7.709	7.795
Outras Recuperações	416	144
Provisões e Reversões de Contingências	—	—
Trabalhistas/Cíveis	(15.617)	(43.144)
Outras Provisões e Reversões	(4.009)	(4.745)
Outras Despesas e Receitas	5.334	7.867
Total	(6.167)	(32.083)

21. Encargos Financeiros Líquidos

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Financeiras		
Atualização Legal PGE	769	1.118
Atualização Legal Outros	6.840	8.333
Rendimentos Corretora	1.907	1.121
Rendimentos Aplicação Financeira	4.910	15.831
Outras Receitas Financeiras	5.072	294
Total	19.498	26.697
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(528)	(549)
Atualização Legal	(5.091)	(13.797)
Atualização Cont. Previdenciária	(9.298)	—
Outras Despesas Financeiras	(167)	(333)
Total	(15.084)	(14.679)
Resultado Financeiro	4.414	12.018

22. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

23. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16.

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 01/02/2023, com vigência a partir de 11/02/2023, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía em aberto os montantes de R\$ 287 e R\$ 259 a pagar, respectivamente, referentes a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", demonstradas na nota explicativa nº 19:

Empresas	31.12.2023	31.12.2022
SABESP	108	40
PRODESP	179	219
Total	287	259

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no exercício de 2023 e 2022 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 11.336 e R\$ 12.345, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de cursos, serviços e produtos.

Empresas	31.12.2023	31.12.2022
CDHU	56	38
CESP	7	10
CPTM	287	97
DAEE	—	94
DER	83	21
DERSA	—	5
DOCAS - São Sebastião	—	3
EMAE	19	36
EMTU	82	22
IPT - Inst. Pesquisas Tecnológicas	5	7
METRÔ	57	725
SABESP	10.740	11.230
SAP - Sec. Adm. Penitenciária	—	2
Secretaria da Saúde	—	6
USP	—	49
Total	11.336	12.345

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021.

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL - Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 25% da área do imóvel da sede da CETESB. Essas despesas estão contabilizadas e demonstradas no quadro no item "c".

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL	—	Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauri	SP+Perto	—	Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
	Secret. Agricultura e		
	Abastecimento	2015	Indeterminado
Campinas	Prefeitura	2008	02/08/2025
Capão Bonito	Prefeitura	2014	Renovando
Dracena	SEMIL	—	Indeterminado
Embu das Artes	Prefeitura	—	Indeterminado
Franca	Prefeitura	2008	Indeterminado
Guarulhos	DER	2014	Indeterminado
Itapetininga	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jaboticabal	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jales	DER	2003	Indeterminado
Jundiaí	Prefeitura	2011	07/11/2026
Limeira	Secret. Agricultura e		
	Abastecimento	2000	Indeterminado
Marília	Prefeitura	2010	Renovando
Mogi das Cruzes	Prefeitura	2019	21/02/2024
Mogi Guaçu	SEMIL	—	Indeterminado
Osasco	SEMIL	—	Indeterminado
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	SEMIL	—	Indeterminado
	Secret. Agricultura e		
	Abastecimento	2008	Indeterminado
São Carlos	Prefeitura	2020	16/09/2050
São João da Boa Vista	DER	2006	07/07/2025
São José do Rio Preto	Prefeitura	2017	—
São José dos Campos	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Sorocaba	SEMIL	2017	25/10/2038
Tatuapé	DAEE	2005	Indeterminado
Taubaté	Prefeitura	2019	16/05/2024
Votuporanga	Prefeitura	2019	16/05/2024

24. Remunerações Pagos aos Administradores

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica "Remuneração de Órgãos Estatutários", conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo "despesas gerais e administrativas".

	Valores		Número de Membros	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Conselho de Administração	1.311	841	11	11
Comitê de Auditoria (*)	752	419	4	3
Conselho Fiscal	381	285	5	5
Diretoria	2.126	2.055	5	5
Total	4.570	3.600	25	24

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

(*) Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE - Presidente

Conselheiros:
THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
ROSE MIRIAN HOFMANN
KELLY LOPES LEMES
MARISA MAIA DE BARROS
RODRIGO LEVKOVICZ
JOSÉ PAULO NEVES

Conselheira Representante dos Empregados:
MARISTELA MUSCO DE CAIRES
 Conselheiros Independentes:
JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA
CLÁUDIO CARVALHO DE LIMA
LUIZ ANTÔNIO FERRARO JÚNIOR

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
 Diretor-Presidente

LIV NAKASHIMA COSTA
 Diretora de Gestão Corporativa

MAYLA MATSUZAKI FUKUSHIMA
 Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental

DIRETORIA

ADRIANO RAFAEL A. DE QUEIROZ
 Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

CAROLINA FIORILLO MARIANI
 Diretora de Engenharia e Qualidade Ambiental

MARIA IZABEL GONÇALVES DA SILVA
 Contadora - CRC 1SP145802/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e de Sustentabilidade e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e à vista da opinião consubstanciada no Relatório do Auditor Independente - Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, de 14/03/2024, apresentado sem ressalvas, e manifestação consubstanciada na ata da 599ª reunião, de 15/03/2024, do Conselho de Administração, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

CLEBER STEFANI

GUILHERME MURARO DERRITE

GUSTAVO MERCADANTE DE FIGUEIREDO

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

YUKIMI NAGATA

EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2023

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB é composto por quatro membros, sendo o coordenador um conselheiro de administração independente.

O Regimento Interno do Comitê foi aprovado pelo Conselho de Administração da CETESB em sua 517ª Reunião Ordinária, em 22/10/2018.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, do jurídico, discussões com o consultor jurídico externo contratado pela CETESB, Prof. Miguel Silva, demais gerências, e nas próprias análises do Comitê decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2022, o Sr. João Ricardo Pereira da Costa foi eleito membro Independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Os Srs. Ruy Martins Altenfelder da Silva, Afonso Antônio Hennel e Marcelo Cardona Sobral foram eleitos membros do Comitê nas Reuniões do Conselho de Administração de 26 de junho de 2018, 14 de maio de 2019 e 28 de abril de 2023, respectivamente. A Sra. Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto foi eleita na Reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2023, em substituição ao Sr. Ruy Martins Altenfelder da Silva.

No período de 15/03/2023 a 14/03/2024, o Comitê realizou 19 reuniões formais com a diretora de Gestão Corporativa, diversos gerentes, empregados, auditores internos

e auditores independentes, com o jurídico da CETESB, bem como eventuais convidados, incluindo o Prof. Miguel Silva, consultor jurídico externo. Cumpre ressaltar que dessas reuniões, 2 foram realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- Revisão das Informações Financeiras Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras anuais de 2023;
- Revisão dos créditos previdenciários extemporâneos, riscos envolvidos e seus reflexos contábeis;
- Avaliação das transações com partes relacionadas;
- Revisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Revisão do relatório anual da Auditoria Interna;
- Monitoramento das provisões e contingências;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Discussão com a Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Observação da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e das denúncias;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade.

Além disso, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para discussões, principalmente as seguintes temas: (i) Contas a Receber e dívida ativa/gestão da

PGE, dificuldades para a eficiência das ações de cobrança (autos de infração); (ii) Evolução do fluxo de caixa; (iii) Contingências, acompanhamento da evolução, classificação dos riscos entre remoto, possível e provável; (iv) Contingência trabalhista relativa ao reajuste salarial de 2020 e 2021; (v) Processo de compras, novo Regulamento Interno de Licitação e Contratos; (vi) Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos; (vii) Apresentação da proposta do Plano de Negócios 2024; entre outros. Entre outros aspectos, os trabalhos do Comitê de Auditoria, envolveram: recomendações para melhorias nos processos de negócios; avaliação da efetividade da auditoria independente; e a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela CETESB, em particular dos Administradores, das áreas financeira, contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Conformidade, e demais gerências, além dos Auditores Independentes. O Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente refletidos e divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 14 de março de 2024

João Ricardo Pereira da Costa
 Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê
Afonso Antonio Hennel
 Membro
Marcelo Cardona Sobral
 Membro
Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto
 Membro

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Conselheiros da

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, os fluxos de caixa da Companhia são monitorados pelo (Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle - SIEDESC) da CETESB e pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que libera as subvenções paulatinamente a fim de garantir a sustentabilidade das suas atividades sem prejuízo da continuidade operacional. Adicionalmente, informamos que a CETESB recebe, a título de subvenção econômica, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, valores previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.614, de 26/12/2022). Esses recursos vêm consignados para pagamento de despesas em "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio". Em função disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador. As demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 14 de março de 2024

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP

Sócio Responsável Técnico

Eliane Tânia Resmini

Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1

Sócia Responsável Técnica



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadouri.estadao.com.br/publicacoes/>